



Volume 10

MUSEOLOGIA PATRIMÓNIO

Fernando Magalhães · Luciana Ferreira da Costa
Francisca Hernández Hernández · Alan Curcino

COORDENADORES

ESECS · Politécnico de Leiria

Fernando Magalhães
Luciana Ferreira da Costa
Francisca Hernández Hernández
Alan Curcino
(Coordenadores)

MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO

Volume 10

MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO

Volume 10

POLITÉCNICO DE LEIRIA

Presidente

Carlos Manuel da Silva Rabadão

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS *POLITÉCNICO DE LEIRIA*

Diretor

Pedro Gil Frade Morouço

EDIÇÕES

<https://www.ipleiria.pt/esecs/investigacao/edicoes/>

Conselho Editorial

Alan Curcino

(Universidade Federal de Alagoas, Brasil)

Dina Alves

(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Emeide Nóbrega Duarte

(Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Fernando Paulo Oliveira Magalhães

(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

José António Duque Vicente

(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Leonel Brites

(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Luciana Ferreira da Costa

(Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Marco José Marques Gomes Alves Gomes

(Instituto Politécnico de Leiria, Portugal)

Silvana Pirillo Ramos

(Universidade Federal de Alagoas, Brasil)

FICHA TÉCNICA

Título: Museologia e Património - Volume 10

Coordenadores: Fernando Magalhães, Luciana Ferreira da Costa, Francisca Hernández Hernández, Alan Curcino

Projeto gráfico: Alan Curcino, Luciana Ferreira da Costa, Leonel Brites

Capa: Leonel Brites

Imagem da capa: “Coração de Florim: Iúna” (2023) por Renan Florindo com fotografia de Hermam Alexander

Edição: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Politécnico de Leiria

ISBN 978-989-8797-94-0

Maior de 2023

©2023, Instituto Politécnico de Leiria

APOIOS



ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS

CRIA
CENTRO EM REDE
DE INVESTIGAÇÃO
EM ANTROPOLOGIA



Centro de
Investigação em
Qualidade de Vida



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Rede de Pesquisa e (In)Formação em
Museologia, Memória e Patrimônio



UNIVERSIDAD
COMPLUTENSE
MADRID

Facultad de Geografía e Historia:
Grupo de Investigación Gestión del Patrimonio Cultural

45 anos da dissertação de Waldisa Rússio: reflexões museais

Ana Carolina Gelmini de Faria

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0727-9991>

Inês Gouveia

Universidade de São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4783-9033>

1. A proposta

A concepção desse texto se diferencia do que estamos acostumadas a produzir. Trata-se de um ensaio, desdobramento de reflexões suscitadas pela leitura de uma dissertação produzida em 1977, que costura a democratização da cultura e, conseqüentemente dos museus, com o contexto brasileiro. Quem lê se assusta com a atualidade do trabalho, embora seja embasado em dados que tenha por limitação a década de sua escrita. Por que a dissertação de Waldisa Rússio nos parece tão próxima do tempo corrente?

A dissertação, intitulada *MUSEU, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento* (Rússio, 1977), é considerada uma pesquisa de referência no campo museal, fazendo parte da bibliografia de disciplinas da formação em Museologia. Tendo esse texto como ponto de partida propõe-se um estudo bibliográfico fundamentado em uma leitura analítica. Severino (2009) reitera que a redação é uma argumentação correspondente a um raciocínio, construído sobre a base do encadeamento lógico de conceitos, ideias e juízos. Propõe, assim, etapas para uma leitura analítica: análise textual, análise temática, análise interpretativa, problematização e reelaboração reflexiva.

Para tal exercício serão desenvolvidas três seções: *a autora*, que compõe a fase preparatória à leitura propriamente dita - cabe compreender quem é a autora do texto e a finalidade de sua escrita; *o texto*, que contemplará as impressões de uma leitura panorâmica, iniciando a análise textual e temática, tendo por destaque dois protocolos de leitura; e *leitura e releituras possíveis*, momento de destaques da dissertação que permitem uma análise interpretativa, problematização e reelaboração reflexiva a partir de articulações com o contexto atualmente vivido.

Cabe reforçar que esse exercício é interpretativo, atravessado pelas impressões e vivências das duas leitoras que escrevem esse texto: somos pessoas que estudam, ensinam e atuam no campo museal. Lidamos diariamente com a diversidade brasileira – seja na característica multifacetada de nossos(as) estudantes ou na pluralidade de iniciativas e projetos de caráter museal que solicitam nossa parceria. Lidamos, também, com duros desdobramentos da realidade brasileira – enfrentamos evasão e retenção no ensino superior, cortes de verbas que arriscam paralisações das universidades, museus desmantelados. Carregamos, como brasileiras, a dor da perda de mais de 679 mil brasileiros por decorrência da COVID-19. Sentimos, dia a dia, o peso da gritante falta de investimento em políticas públicas.

2022 é um ano chave para o Brasil, com eleições para Presidência e Congresso Nacional. Ser profissional da Museologia é um ato de resistência, que envolve a luta por uma realidade em que a democracia seja um princípio civil norteador e a cidadania fundamentada no respeito. Waldisa Rússio anunciava em 1977 a Utopia como fase de um planejamento, capaz de tornar o museu partícipe do “[...] processo de libertação do Homem das forças que degradam a vida” (Rússio, 1977, p.159¹⁶⁶), o que segue sendo um dos maiores desafios do campo museal no mundo contemporâneo.

¹⁶⁶ Advertimos que o acesso ao texto da dissertação se dá por uma fotocópia, que não apresenta paginação para além da apresentada no sumário. Portanto, a indicação de páginas pode sofrer alterações em relação ao documento original.

2. A autora

Durante os anos 1970 e, especialmente, nos anos 1980, Waldisa Rússio deu significativas contribuições à Museologia brasileira e internacional. Criou, dirigiu e ministrou aulas em um curso de pós-graduação em Museologia, criou associações de museólogos e trabalhadores de museus em São Paulo e elaborou projetos de museus. Fazendo parte da geração que se ocupou intensamente de debater a Museologia teoricamente, Waldisa Rússio integrou o debate estabelecido por meio do Conselho Internacional de Museus (ICOM), sobretudo no contexto do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM/ICOM). Nos anos 1980, foi uma das agentes que atuou em prol da regulamentação da profissão de museóloga/o¹⁶⁷ e também atuou para a construção de políticas públicas museológicas na esfera local e nacional. Trabalhou, em síntese, pela ampliação do alcance teórico do campo, para que esse e outros debates contribuíssem com a formação e profissionalização dos agentes da Museologia e para que as instituições museais fossem qualificadas como um serviço sob a responsabilidade do Estado. Em um país da latinoamérica violentada por vários governos ditatoriais de direita, Rússio formulou e divulgou utopias museológicas, valorizando os ecomuseus e museus comunitários como a grande inovação do seu tempo, ensinando uma “Museologia popular” e defendendo a necessidade de que museólogas/os fossem trabalhadores sociais¹⁶⁸.

Waldisa Rússio nasceu em São Paulo, em setembro de 1935, em uma família de classe média, empobrecida. Sem posses e bens materiais, recebeu, no entanto, de seus familiares algumas heranças simbólicas, como o seu próprio nome, inventado a partir das iniciais dos nomes do seu pai e sua mãe (Waldemar e Isa). Destoando do perfil de escolarização que era destinado às mulheres de sua geração, Rússio estudou para chegar à universidade, ingressando na faculdade de Direito, curso que concluiu em 1959. Em 1957 ela foi admitida na

¹⁶⁷ BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

¹⁶⁸ Nos termos de Waldisa Rússio, com base em Paulo Freire, significa “não apenas quem exerce a função social do trabalho, mas quem trabalha conscientemente com o social, colaborando com a mudança.” (RÚSSIO, 1990, In: BRUNO, 2010a, p. 209)

administração pública do Estado de São Paulo, carreira que exerceu de modo ascendente, até o seu falecimento, no ano de 1990. Na condição de funcionária pública e, com seus conhecimentos advindos do campo da Administração e do Direito, Waldisa Rússio participou nos anos 1960 de uma grande reforma administrativa do Estado, responsável entre outras coisas, pela criação da Secretaria de Cultura, de vários museus e do órgão estadual de proteção do patrimônio cultural (BRUNO, 2010; GOUVEIA, 2021).

No fim dos anos 1960 e durante a década seguinte, ela passou a se dedicar diretamente às questões de cultura no Estado, tendo participado da formulação do Conselho Estadual de Cultura (1968-1970) e dirigido o Museu da Casa Brasileira (1970-1975). Nos anos 1970 também participou de uma grande pesquisa voltada à qualificação de museus em São Paulo (estado com a maior concentração de instituições do país); experiência que a motivou a realizar uma série de visitas técnicas a instituições museais fora do país, a partir de 1978. Com pouco mais de 40 anos de idade, Waldisa Rússio decidiu dar um corpo acadêmico às reflexões e experiências que vinha desempenhando junto aos museus e iniciou o curso de mestrado, na Faculdade Escola de Sociologia e Política (FESP). Participou, assim, do crescimento da pós-graduação no Brasil, nos anos 1970. No entanto, novamente destoou da reduzida expectativa de escolarização entre as mulheres de sua geração, inclusive considerando as pessoas que trabalhavam no campo museológico.

3. O texto

A dissertação *MUSEU, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento* foi defendida em 1977 pela autora Waldisa Rússio. A pesquisa foi realizada na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (atual FESPSP) uma vez que não existia no Brasil cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Museologia – fato que só se concretizou na virada do século XXI. Nessa perspectiva, podemos supor que essa é uma das primeiras pesquisas acadêmicas de fôlego sobre museus, realizadas no país.

O cenário da década de 1970 no ensino de Museologia no Brasil é marcado pela formação em nível de graduação: nesse período o Curso de Museus (1932) foi incorporado com o título de Curso de

Museologia à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ (1977), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, e novos bacharelados em Museologia eram projetos em consolidação: na Universidade Federal da Bahia - UFBA (1969), na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (1975-1977), e nas Faculdades Integradas Estácio de Sá (1975-1995)¹⁶⁹. No estado de São Paulo foi a própria Waldisa Rússio que instituiu uma formação voltada para a Museologia. O curso inicialmente denominado de Museologia e Arte, fruto inicial de um convênio entre o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), era “de especialização em nível de pós-graduação, de acordo com Resolução 14/77 do Conselho Federal de Educação”, segundo o folheto de divulgação, em 1978 (MASP-FESP, 1978) (Figura 1). Conforme Inês Coutinho (*In*: Bruno, 2010b) evidencia, a proposta para a criação do curso *lato sensu* aconteceu na defesa da dissertação de mestrado de Waldisa Rússio, em que Pietro Maria Bardi, criador e então diretor do MASP a convidou a elaborar e coordenar o curso de Museologia, em parceria com a FESP. Durante os dois primeiros anos, as aulas eram realizadas majoritariamente no MASP e, posteriormente, em 1980, a FESP passou a ser a instituição exclusivamente responsável. Em 1984 passou a se chamar Instituto de Museologia e Waldisa Rússio seguiu coordenando-o, orientando e ministrando cursos até 1990.

¹⁶⁹ Estes dois últimos cursos citados tiveram suas atividades interrompidas, um ainda na mesma década.

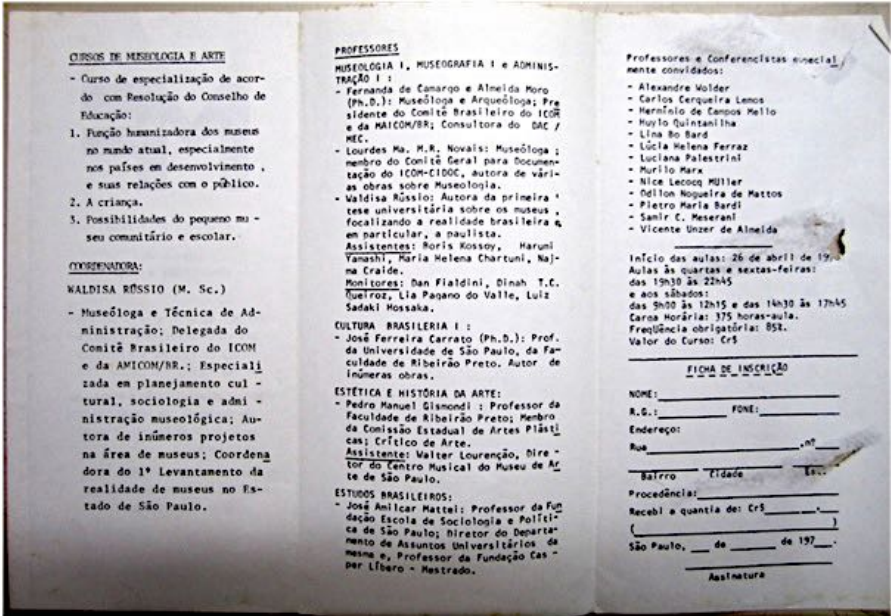


Figura 1 - Parte interna do Folder do Curso de Museologia e Arte
 Fonte: MASP/FESP. Curso de Museologia e Arte. São Paulo, 1977. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
 Coleção Curso de Museologia

De modo análogo ao que se deu com a sua experiência profissional, no campo do direito e da administração, a sua passagem pela FESP como discente contribuiu para a formulação de argumentos, obtidos no desenvolvimento de sua pesquisa de mestrado, que justificaram conceber, na própria instituição de sua formação - voltada especialmente para a diplomação de cientista sociais -, um curso de especialização em Museologia. A escrita da dissertação em um programa de pós-graduação voltado para os estudos sociais favoreceu a produção de um texto sobre o campo dos museus ancorado também nessa perspectiva, produzindo uma construção argumentativa alinhada às proposições contemporâneas da década de 1970 (que deram base às práticas que hoje são denominadas, por exemplo, de museologia social).

As referências que Waldisa Rússio destaca no texto da dissertação são diversas: só nas primeiras páginas cita Wilbert E

Moore, sociólogo americano conhecido por sua explicação para a estratificação social e Dan George, chefe dos índios capilanos que em 1975 publicou uma Carta Aberta na Revista *O Correio* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Aproximando essas citações à realidade museal, Waldisa Rússio se valeu com frequência da menção de uma mesma frase de Hugues de Varine, (que a partir da década de 1970 se tornou uma referência para se pensar os ecomuseus). A frase é uma das epígrafes do trabalho: “Muito mais do que existirem para os objetos, os museus devem existir para as pessoas” (Varine *in* RÚSSIO, 1977, p.7). Essa é uma afirmativa de apoio para a condução das proposições da autora. Tratava-se de uma referência importante para Waldisa Rússio, que considerou que os ecomuseus foram uma das maiores conquistas da Museologia de seu tempo (Rússio *in* Bruno, v. 1, 2010a, p. 123).

Roger Chartier (1998), pesquisador que investiga as práticas de leitura e escrita, sinaliza a importância de se ter consciência de que as formas produzem sentidos em um texto. Cabe, de prontidão, compreender que todo escrito possui uma proposta de leitura: “Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão” (Chartier, 1996, p.20). Sobre a intenção de um(a) autor(a) sobre sua escrita, analisa:

Com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam a definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido (Chartier, 1996, p.96).

Uma evidência explícita é a organização do conteúdo do texto. O sumário é uma estrutura esquemática que permite o(a) autor(a) organizar o conhecimento produzido, estabelecendo divisões, seções ou outras partes para sua interpretação. Waldisa Rússio divide seu texto em cinco capítulos, com uma apresentação muito singular que se torna uma assinatura da autora no seu texto: ao invés de curtos títulos, eles são súmulas dos temas a serem tratados.

CAPÍTULO I (Introdução) – Museu: o que? Por quê? Para quê? Para quem? O que foram os museus no passado e o que são no mundo atual. Que é o mundo atual. O museu e o homem total: a aspiração humana à transcendência. O processo do desenvolvimento. As “utopias”. [contém seções secundárias e terciárias]

CAPÍTULO II – Museus brasileiros. Existe um passado museológico brasileiro? Museus brasileiros: o que? Por quê? Para quê? Para quem? O que é a sociedade brasileira no estágio atual: o que representam as organizações culturais no contexto atual. [contém seções secundárias]

CAPÍTULO III – Processo e Problemática do Desenvolvimento. A ênfase dada ao aspecto econômico. O desejo, a aquisição, a fruição dos bens culturais como clímax do processo de desenvolvimento – As necessidades “impostas” pelo desenvolvimento. Estágio atual do desenvolvimento brasileiro. [contém seções secundárias]

CAPÍTULO IV – SÃO PAULO, uma amostragem para o estudo do desenvolvimento em seus aspectos econômico e cultural [contém seções secundárias, terciárias e quartenárias]

CAPÍTULO V – O MUSEU E O PÚBLICO [contém seções secundárias] (Rússia, 1977, sumário).

Interessante observar que os primeiros capítulos são formulados por um conjunto de inquietações, muitas perguntas em cadeia, e que o desenvolvimento do trabalho vai constituindo capítulos com mais frases afirmativas, até chegar ao último que, embora seja elaborado por seções com muitas frentes analíticas, possui um título concebido com apenas uma frase – considerada chave para pesquisa da autora: o museu e o público. Importante salientar que alguns conceitos fundamentam os argumentos e proposições da autora, sendo elementos chave para compreender sua percepção do papel do museu no mundo contemporâneo: processo, desenvolvimento, democratização da cultura e utopia. Esses são pilares que possibilitam pôr a dissertação em diálogo com o contexto que o campo da cultura e dos museus enfrentam na atualidade e serão aprofundados na próxima seção.

Ainda sobre o sumário, é possível considerá-lo um protocolo de leitura. A construção do sentido do texto possui intenções e convenções que limitam a liberdade do(a) leitor(a). Chartier (1996, p.96) adverte: “Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam a definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido”. Os protocolos de leitura estão presentes, por exemplo, nas citações, notas de rodapé, em uma ilustração.

Destacando os objetivos de sua dissertação, Waldisa Rússio afirmou que os museus são no Brasil um “remanescente colonial nas organizações sociais” (Rússio, 1977, p. 9). No primeiro capítulo, a autora indaga sobre o quê, para quê e a quem se destinam os museus. Como é recorrente em seus textos, Rússio começa por uma narrativa histórica, delimitando momentos que julga importantes no passado dos museus enquanto instituição social. É nessa contextualização que insere os museus latino-americanos e, com isso, o Brasil. Waldisa Rússio demarca a importância da industrialização e seus efeitos para pensar os museus no mundo e, especialmente no Brasil. A perspectiva de um mundo urbano, com a economia orientada pelas indústrias, contexto que Rússio viu se estabelecer em São Paulo, é uma referência importante em suas reflexões. Observa-se que ela pontua o museu “da era industrial” como um momento ímpar na história ocidental dessas instituições (Rússio, 1977, p. 21). Na relação que estabelece entre os museus e a sociedade, Waldisa Rússio enfoca o indivíduo. Para ela, a essência desse indivíduo é ser um trabalhador. Técnicos, museólogos, comunidade e público, são pensados pela via do trabalho. Referindo a si mesma, ela escreve: “A autora deste anteprojeto “sente” a necessidade dos museus para o registro do longo e sofrido envolver do Homem através daquilo que melhor caracteriza a sua essencialidade e existencialidade: o Trabalho”. (Rússio, 1977, p. 7).

Como é próprio do seu contexto intelectual, Waldisa Rússio caracteriza o mundo em que vive como uma sociedade em desenvolvimento, que deve caminhar numa determinada direção de progresso. Nesse sentido, o museu é um lugar dedicado à representação da “evolução” do homem, do registro de sua história, lugar em que ele pode sentir e saber de sua transcendência, diante da brevidade da vida. Decorre daí, na lógica que ela exercita, que o museu não apenas deve representar essa “evolução”, esse desenvolvimento e

reinterpretar o passado para o presente, mas que ele mesmo deve ser o agente ativo desse processo, que ela chama de “modernização” e de estímulo “de consciência crítica” (Rússio, 1977, p. 26).

Um protocolo de leitura que chama a atenção na dissertação é uma colagem produzida pela autora se tornando, conseqüentemente, uma grande figura, que toma uma página do trabalho. Chartier considera que a imagem associada ao texto, ao conquistar a adesão de quem olha, produz persuasão e crença, ou seja, legitima-o:

A imagem é muitas vezes uma proposta ou protocolo de leitura, sugerindo ao leitor a correta compreensão do texto, o seu justo significado. [...] ela pode constituir-se num lugar de memória que cristaliza, numa representação única, uma história, uma propaganda, um ensinamento, ou ser então construída como a figura moral, simbólica, analógica, que fornece o sentido global do texto, que uma leitura descontínua e vagabunda poderia fazer perder (Chartier, 1998, pp.15-16).

A colagem proposta pela autora possibilita inúmeras interpretações. É um exemplo da elaboração criativa de Waldisa Rússio, que frequentemente se exprimia em poesia, desenho e colagens. Não se trata apenas de um refinamento estético da dissertação, mas da oportunidade de comunicar algo para além do que ela já havia incluído no conteúdo textual. Ela é composta por recortes de um formulário, intitulado “Questionário para levantamento das pesquisas em processo no Brasil” do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, de jornais e possivelmente material gráfico de museus. O formulário preenche parte considerável da colagem, com três campos destacados com círculos pela autora, dois deles ainda tendo setas como reforço de sinalização da pesquisa de sua autoria (Figura 2).



Figura 2 - Colagem produzida por Waldisa Rússio
Fonte: Rússio, 1977

Em uma das muitas possibilidades analíticas é possível compreender que Waldisa Rússio exprimiu a relação entre si e o campo. A autorreferência, a menção à FESP e a sua pesquisa ocupam o centro e são rodeados de notícias sobre museus, em sua maior parte evidenciando descaso, estabelecendo uma espécie de diagnóstico: “museu fechado por falta de funcionário”; “museu enfrenta falta de verbas”, “Colóquio de Museus: não houve debate”. No alto da página há referências ao ICOM e à representação do Comitê Brasileiro, por meio da AMICOM (a Associação Brasileira de Membros do ICOM). É uma imagem síntese da forma como ela se coloca, aproximando-se destes agentes, que para ela representavam instâncias legitimadoras no campo nacional e internacional. A dissertação, nesse contexto, é um marco da transição de Waldisa Rússio entre a interlocução local, nacional e internacional no campo museológico. Os textos de jornal em destaque são trechos de entrevistas concedidas por ela, na condição de pessoa autorizada a falar sobre aspectos da vida das instituições em São Paulo. Segundo ela: “O povo tem razão. ‘Coisa de museu’, ‘velharia de museu’ são conotações pejorativas que exemplificam a opinião do [ilegível] sobre os museus. E se eles não se reavivarem para tirar o [ilegível], serão sempre encarados como instituições mortas, a opinião é de Waldisa Rússio, chefe da seção técnica do Museu Casa Brasileira [...]”. O título dessa reportagem sinaliza: “Os nossos museus precisam ressuscitar”.

Da advertência, uma utopia: Investir nos museus como agentes humanizadores do processo de desenvolvimento. Um caminho? Para a autora uma política museológica calcada nas realidades nacionais e regionais, “para que os museus possam se viabilizar como preservadores da memória e inspiradores da mudança” (Rússio, 1977, p.144). Um recorte sinaliza um passo adiante: “Claro que alguma coisa interessante chegou ao conhecimento dos coloquiados: a comunicação do Grupo de Trabalho de Museus criado pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, coordenado por Waldisa P. Rússio, para proceder um levantamento sistemático dos Museus no interior do Estado, objetivando definir uma política museológica”.

No capítulo 2 da dissertação Waldisa Rússio faz uma síntese sobre o que, na sua perspectiva, é o passado museológico brasileiro. Na medida em que contextualiza os períodos, destaca como o Estado se organizou a respeito da área da Cultura e cita como isso se expressa em

termos dos textos das Constituições brasileiras. Observa que desde a Constituição de 1934 aparecem dispositivos ou capítulos dedicados à “proteção e amparo da Cultura” e alude à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como consequência da ação de “intelectuais e patriotas” (Rússio, 1977, p. 34). A respeito do então Ministério da Educação e Cultura, Rússio afirma que alguns membros do Conselho Federal de Cultura, citando Afonso Arinos de Melo e Franco, “lutavam pela especialização e divisão de áreas”, referindo-se à criação de uma pasta separada para o Ministério da Cultura. Destaca também que alguns estados já haviam instituído isso em sua administração e exemplifica: São Paulo, Ceará e Bahia (Rússio, 1977, p 34).

Waldisa Rússio historiciza a criação de museus no Brasil, especialmente as instituições caracterizadas como federais. Afirma que tal “família museológica” teve o mérito de evitar a “evasão de bens culturais” e que alguns têm exposições “esteticamente agradáveis”, mas que quase nunca os museus eram vivos e dinâmicos (Rússio, 1977, p. 36). Afirma ainda que a elitização do museu não estava apenas em seu ambiente e em sua exposição, mas que se tratava também da elitização dos funcionários dessas instituições. No terceiro capítulo, com o título “Processo e Problemática do Desenvolvimento - Implicações no Aspecto Cultura”, Rússio sintetiza aquilo que em sua compreensão é o desenvolvimento, atrelando-o necessariamente à “mudança ou transição social intencionalmente promovida” (RÚSSIO, 1977, p. 50). Nas palavras da autora:

Em termos de Brasil, desenvolver significa industrializar, romper arcaicas [sic] estruturas agrárias, passar de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial. Mas é preciso também que a industrialização rompa barreiras externas, senão de dominação, pelo menos de manipulação econômica [...] (Rússio, 1977, p. 50).

No quarto capítulo da dissertação - “São Paulo, uma amostragem para o estudo do desenvolvimento em seus aspectos econômico e cultural” - Rússio insere os museus do estado em uma narrativa histórica, relacionando os seus contextos de criação e dando informações que possivelmente obteve por sua atividade no Grupo

Técnico de Museus (GTM). Ela argumenta que a proliferação de museus em São Paulo coincidiu com os anos da aceleração da industrialização. Pontua, entretanto, que o “primeiro sintoma de preocupação com os museus como expressão da vida social” em São Paulo aconteceu em 1976, a partir da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do estado (Rússio, 1977, p.101), referindo-se, portanto, ao grupo, que ela mesma coordenou.

Tecendo críticas, Waldisa Rússio afirmou que os museus tinham direções demasiado personalistas, o que se refletia na ausência de normas escritas ou manuais de trabalho que evidenciassem um padrão de funcionamento. Destaca também que os museus não tinham um quadro estável de funcionários e que isso fazia com que muitos deles fossem dirigidos por pessoas sem formação ou experiência. Na avaliação de Waldisa Rússio, essa característica estava diretamente relacionada à elitização das instituições museais (RÚSSIO, 1977, p. 118). A esse respeito citamos a sua crítica:

Gerindo coleções que são patrimônio do Estado e como este é um "senhor" (dominus) abstrato e longínquo, o Diretor de Museu se sente "dono e senhor" dos tesouros que guarda e que deveria preservar: Suserano sem muitos vassallos, julga-se quase sempre mais que curador vitalício – que muitas vezes consegue ser – aquele que vai indicar o seu sucessor: os museus são, assim, pequenos feudos onde as relações são pessoais e não em função de cargos com atribuições formalmente definidas (Rússio, 1977, p. 121).

No quinto capítulo Waldisa Rússio aborda outras questões relativas a uma “política museológica”. Ao identificar o museu como um espaço que deve estar amplamente aberto à participação, problematiza a ausência das crianças, que, na sua perspectiva, deveriam ser pensadas enquanto público efetivo, ainda pouco integrado ao fazer dos museus. Afirma especialmente que o museu pode contribuir com o desenvolvimento cognitivo e, nesse contexto, nas páginas finais, Waldisa Rússio apresenta sua ideia de um Museu da Criança.

Percebe-se, ao percorrer seu texto, que a autora a partir de sua pesquisa nos propõe um pensar histórico e sociológico, com método multidisciplinar. É assertiva: “Isto implica, portanto, na adequação do

cenário [museu], onde a relação “homem/objeto” se torna viável em plenitude. O que equivale a dizer - onde o Homem não apenas “OLHE” os objetos, mas possa “VÊ-LOS”, senti-los, dir-se-ia mesmo, dialogar com eles” (Rússio, 1977, p.137, grifo da autora). O desafio permanece?

4. Leituras e releituras: diálogos possíveis

Qual o sentido dos museus no mundo contemporâneo? Canclini, em um texto originalmente publicado em 2008 no qual problematiza qual seria o papel de um museu da globalização - que teria por legado o patrimônio de uma globalização agonizante - elaborou uma provocação sobre esse cenário:

[...] um museu desse tipo ajudaria a repensar o sentido de colecionar, guardar e descartar. [...] Classificar e inventariar, menos interessados em disciplinar o entorno (o planeta inteiro, se falamos de globalização) do que em abrir espaço para o que é desconhecido. Afinal de contas, a tarefa do museu não tem porque se restringir a organizar o passado e torná-lo apresentável (Canclini, 2014, p.44).

Acreditamos que essa citação seja um bom ponto de apoio para pensar o papel dos museus no mundo contemporâneo: *não se restringir a organizar o passado e torná-lo apresentável*. A Museologia cada vez mais é assumida como uma disciplina das passagens entre experiências, se abrindo para o “estudo das representações do real, em suas mais diversas faces e potências, em vez de tomar a realidade como uma verdade em si mesma” (Brulon, 2018, p.206).

Teixeira (2016) aponta que se na segunda metade do século XX diferentes agentes conduziram a ação do campo em defesa de um *museu aberto*, sendo uma resposta à instituição conservadora e autoritária, a primeira metade do século XXI anuncia a luta por um *museu disperso*, uma nova resposta ao museu como local de consumo cultural e entretenimento.

Parece-nos importante começar, antes de mais, pela comparação dos termos utilizados como definidores de uma nova condição, “aberto” e “disperso”, os quais remetem para a ideia de “alargamento”, de ultrapassar

limites. Ambos os casos estão associados a um desejo de emancipação em relação ao poder dominante e aos valores estabelecidos. A crença na possibilidade de construir um mundo diferente [...], onde o museu desempenha um papel fundamental, é a grande força motivadora. No primeiro caso [...] pretende-se combater o museu enquanto instituição conservadora e castradora, no segundo, apresentar uma alternativa ao museu como local de lazer e consumo, no qual se tornou. (Teixeira, 2016, p.7)

O conceito de *museu disperso* é proposto por Charles Esche para os museus de arte, embora possa ser estendido a todas as manifestações museais. Para o curador os museus possuem um forte potencial sociopolítico, podendo exercer uma influência positiva nos tempos atuais: "Continuamos a lutar pela concretização do museu inteligente, hospitaleiro, fundamental e acessível que todos nós queremos construir para o futuro" (Esche in Hammer, 2011, doc. eletr.).

Essas perspectivas possuem uma convergência: a percepção de um sentido social dos museus. E, nessa direção, apontamentos e reflexões de Waldisa Rússio se tornam ora ponto de partida, ora ponto de chegada para os desafios museológicos contemporâneos.

É interessante observar a correspondência entre os apontamentos de Canclini no início do século XX e os de Waldisa Rússio na segunda metade do século XX. Se Canclini (2014) salienta que os museus no mundo contemporâneo não devem se restringir a organizar o passado e torná-lo apresentável, Rússio (1977, p.26, grifo nosso) também adverte: "**Neste momento, não se exigirá do Museu apenas a possibilidade de reinterpretar o passado**". A autora, partindo dessa premissa, impõe um desafio para o campo dos museus:

[...] nele [no museu] irá se procurar [...] o estimulador de uma consciência crítica de uma visão humanista; o instigador de amortecidas capacidades de indagar, de julgar e de criar; o deflagrador de um processo no qual o Homem se coloque como fruidor e agente de vida cultural; o conscientizador do processo histórico, do Homem como ser histórico (Rússio, 1977, p. 26).

De acordo com a autora, essa advertência é justificada pela existência de museus que padecem de falta de informação museológica, produzindo, em suas palavras, “um espírito imobilista que tende a fazer do museu a negação da vida” (Rússio, 1977, p.113). Na contramão do museu como negação da vida propõe o museu como um processo, não se prendendo a concretude de uma instituição, mas nos seus potenciais efeitos enquanto produto cognitivo de trocas produzidas por diferentes sujeitos, identificando, assim, o museu como uma experiência vivencial. Em suas palavras:

O museu deve ser compreendido com um processo em si mesmo, como uma realidade dinâmica; internamente deve ser ainda, entendido como um processo social simples (relações entre indivíduos e grupos, com manifestações de conformação (acomodação), conflito, agregação, convenção, etc.) e, externamente, em relação a co-processo social complexo (relações inter e intra-grupais, com manifestações de diferenciação, integração, transformação, estratificação, etc.). Importante é deixar bem clara as ideias de contato e relação social que o processo pressupõe: o museu não existe isoladamente, mas dinamicamente, na sociedade (Rússio, 1977, p. 132, grifo da autora).

Rússio (1977) exige, em suas palavras, consciência histórica e imaginação sociológica [política e utópica] para o museu-processo. Enfatiza que se os profissionais de museus não assumem essas posturas ficam marginalizados dentro dos próprios organismos museológicos e, conseqüentemente, os museus se tornam estéreis às preocupações de seu tempo. Waldisa Rússio integra um grupo de pesquisadores que anunciam uma virada no campo museal: a valorização do sujeito frente ao objeto. O objeto passa a ser considerado na nova perspectiva meio de propor interpretações vinculadas a uma realidade dinâmica. Para a autora a percepção e projeção reflexiva de que o museu é o registro da trajetória humana sobre a terra afasta a ideia de que museus são cenários anti-vida:

É fundamental esta ideia porque nos dá o conteúdo humanístico e a noção de grandeza implícita na tarefa do Museu. Na verdade, todos os museus existentes destinam-se a proceder ao registro do mundo que vive e circunda o Homem, do cenário em que ele se desloca, da natureza sobre a qual ele age; ou, então, destinam-se ao registro do trabalho do homem, do artefato de suas mãos, do resultado de sua inteligência e técnica. Todo museu é “do mundo do homem” ou “do homem” (Rússio, 1977, p. 133, grifo da autora).

Para a autora a proposta de museu-processo, fundamentada por uma consciência histórica e imaginação sociológica, viabilizaria uma nova relação entre sujeito e objeto, pelo diálogo:

Se é verdade que o objeto só tem significação para, o Homem que o conhece, também é válido fazer-se a afirmação, mais elementar e implícita na anterior, de que embora o objeto em si, entitativamente, exista materialmente, ele só se “realiza” quando o Homem toma conhecimento dele (Rússio, 1977, p. 137-138).

E é nesse momento que Rússio apresenta uma provocação que chega aos dias atuais de forma latente: em um país que encara o desenvolvimento só pela via econômica, como conferir prioridade à Cultura?

Num mundo de tempos sociais diversos, de diversos estágios econômicos, somos todos – indivíduos, grupos, nações, obrigados a pensar em termos de subsistência física. Um mundo em que um terço da população permanece em estado de miséria e quase-inanição não tem condições para fazer da beleza um valor e do patrimônio cultural uma herança de todos os homens. Um país preocupado ainda com as profundas desigualdades regionais, com problemas de emprego e fome, de transporte e saneamento básico, não pode transformar a Cultura em meta prioritária. Embora tenha sua História, por não preservá-la, por não fazê-la presente através do

seu documentário em objetos, tal país viverá às voltas com a ausência de uma consciência histórica e nacional (Rússia, 1977, p.139).

Esse é um dos momentos de leitura que a escrita realizada em 1977 se transporta para 2022 de forma alarmante. Passados 45 anos, os direitos culturais ainda são coadjuvantes no contexto das políticas públicas. Analisando o cenário atravessado nos últimos anos, pode-se interpretar que a Cultura saiu de cena: a falta de investimento exige extrema militância dos seus trabalhadores. É uma crise que vai além da sanitária e tem marcos bem expressivos que contextualizam o momento. Em 2018, o incêndio do Museu Nacional, instituição matriz da ciência no Brasil, trouxe à tona o sucateamento de museus brasileiros, resultado de sucessivos cortes de orçamento. Em 1º de janeiro de 2019, a partir da reforma administrativa do governo recém-empossado, o Ministério da Cultura foi oficialmente extinto, reduzido a uma subpasta do Ministério do Turismo. O Plano Nacional Setorial de Museus venceu em 2020 e não há projeções para uma nova agenda política visando os próximos 10 anos.

A partir de 2020 a área da Cultura - incluindo os museus - foi fortemente impactada com a pandemia da covid-19 e nesse contexto duas leis foram propostas: a Lei Paulo Gustavo, que previa o repassaria R\$ 3,86 bilhões do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para fomento de atividades e produtos culturais em razão dos efeitos econômicos e sociais da pandemia, e a Lei Aldir Blanc 2, com proposta de repasse anual de R\$ 3 bilhões da União para estados, Distrito Federal e municípios. O governo federal vetou em abril e maio de 2022 as duas propostas, alegando despesa sem compensação (Agência Câmara de Notícias, 2022) e que o projeto é "inconstitucional e contraria o interesse público" (Agência Senado, 2022). Todo um esforço do setor foi demandado para sensibilizar a necessidade de assistência à Cultura, obtendo-se, em julho de 2022, o veto a ambas as leis pelo Congresso Nacional.

O cotidiano nos museus parece enfrentar os mesmos desafios: falta de verbas, infraestrutura inadequada, sucateamento de equipamentos, falta de profissionais. A colagem proposta por Waldisa Rússia se assemelha ao contexto contemporâneo, que incorpora a alguns temas novos termos do hodierno: conceitos como uberização

museal já circulam em debates do campo, associados à falta de corpo funcional nos museus:

Observa-se nas relações de trabalho travadas no âmbito de museus e equipamentos culturais a disseminação dessa gramática laboral neoliberal que, travestida de inescapável inovação, volta-se contra a dignidade humana no trabalho, aprofundando riscos e incertezas, intrínsecos à precarização do trabalhador. [...] Lutamos pela parceria entre todos os profissionais que compõe o corpo museal brasileiro, pois cremos que a precarização hoje praticada contra o trabalho educativo em museus seja a antessala da precarização geral do setor. A escolha de nulidades para cargos de alta complexidade de gestão na Cultura indica a intenção governamental para o campo e reafirma a necessidade dos trabalhadores museais se prepararem coletivamente para a defesa da categoria, da educação museal e de todo o campo, por extensão. Urge conhecer melhor a relação de trabalho e suas condições em comparação a outros profissionais do mesmo segmento. (Lochi, Sczesny, Brandão, Oliveira, José, 2021, doc. eletrônico).

As circunstâncias acima elencadas têm como problema de fundo um Brasil que se distancia da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, centrada na dignidade da pessoa humana em suas múltiplas facetas e manifestações, como garante a Constituição. Atravessamos uma profunda desigualdade social e neste cenário de carestia, a política cultural é deixada de lado. Rússio considerava que a Cultura era uma via fundamental para a mudança social, por sua capacidade de influir na formação da consciência. Esse seria o meio de libertação do Homem das forças que degradam a vida: “Não basta ao homem, o ser, existir: é preciso estar no mundo. No mundo e seus objetos. Daí a sua consciência profunda: daí, a sua consciência histórica; daí a sua imaginação criadora e renovadora” (Rússio, 1977, p.151). Dotar, portanto, o sujeito de consciência, na perspectiva de Waldisa Rússio, era fundamental para potencializar a transformação.

Os museus, para Waldisa Rússio (1977), são cenários propícios para esse processo de conscientização, primeiro passo do desenvolvimento crítico do sujeito. Caberia, para a autora, a

democratização da cultura (que estaria presente em movimentos de dessacralização dos museus, bem como na acessibilidade desses organismos culturais ao maior número de pessoas em um movimento profundo, largo e de raízes, oportunizando contato à criatividade humana). Nessa perspectiva,

O homem não será mais um espião da vida, mas o construtor de sua história: consciente embora da sua breve passagem, mas mais cômico ainda de seu destino histórico, humano e transcendente, poderá dizer, como o Poeta:

“Somos pobres arbustos

Que o vento da morte

Convulsiona e dispersa.

Um dia, unidos pelo amor,

Marcharemos de mão dadas

Sobre as fronteiras do mundo

E as nossas almas lúcidas

Formarão a última barragem

Para deter o Ódio que corrompe a Vida...” [em nota de rodapé apresenta o título do poema, “Canto aos meus irmãos do mundo”, de Rossine Camargo Guarnieri] (Rússio, 1977, p.159)

Para a autora a democratização da cultura pode ser uma utopia, mas ressalta que a utopia é uma fase que precisa estar presente nos processos, desde o planejamento. Difícil avaliar o impacto dos avanços nas últimas décadas, à luz da utopia waldiana. Porém, há evidências que podem ser consideradas a continuidade dessa perspectiva de de museu-processo, que almeja despertar a consciência crítica do sujeito.

Em novembro de 2015 foi aprovada, durante a 8ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. A Museologia vem, desde a segunda metade do século XX, como anunciado por Rússio (1977), traçando perspectivas de uma construção teórica e prática compromissada com o sujeito. Essa premissa prevê o museu alinhado às necessidades da sociedade. A Recomendação de 2015, traduzida para o português brasileiro pelo

Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2017, congrega vários termos emergentes na Museologia Contemporânea, tomados como debates irreversíveis desde a virada do século XXI:

Os Estados-membros são encorajados a apoiar a **função social dos museus**, conforme destacado pela Declaração de Santiago do Chile de 1972. Os museus são cada vez mais vistos, em todos os países, como tendo um **papel-chave na sociedade e como fator de promoção à integração e à coesão social**. Nesse sentido, podem ajudar as comunidades a **enfrentar mudanças profundas na sociedade, incluindo aquelas que levam ao crescimento da desigualdade e à quebra de laços sociais**. Museus são espaços públicos vitais que devem **abordar o conjunto da sociedade** e podem, portanto, desempenhar um importante papel no **desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre identidades coletivas**. Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo os grupos vulneráveis. Eles podem **constituir espaços para a reflexão e o debate** sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem **promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero**. Os Estados-membros devem encorajar os museus a cumprir todos esses papéis (UNESCO, 2017, fl. 7-8, grifo nosso).

Expressões como “coesão social”, “laços sociais” e “construção da cidadania” apontam para um compromisso a ser explicitamente assumido pelo museu - em suas diferentes manifestações: uma Museologia do Afeto, “[...] sensível e compreensiva, constituída de novas formas de afetividade, respeito mútuo e indignação” (MINOM, 2013, doc. eletrônico). O Movimento Internacional para a Nova

Museologia recomenda, por meio da Declaração MINOM Rio 2013, que a Museologia que tenha capacidade de escuta e que reconheça:

- As diferenças de ritmos, atitudes, tempos, materialidades, territorialidades e linguagens que favoreçam os movimentos sociais;
- A criação de estratégias libertárias diante das diferentes formas de opressão;
- O caráter dinâmico da memória e a importância de dialogar com seu tempo;
- A valorização dos estudos das memórias numa perspectiva libertadora e do respeito pela dignidade humana;
- A urgência de concepção, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de apoio e fomento, adequadas aos novos processos museais;
- O estímulo à pesquisa, produção e difusão desses novos processos museais, respeitando as peculiaridades de cada experiência museal;
- Os saberes e fazeres referenciados nas culturas locais e nos movimentos sociais;
- As instituições educativas e culturais que trabalham com os protagonismos museais e comunitárias;
- O caráter democrático do confronto de ideias, do processo de construção de memórias e do respeito pelos diferentes pontos de vista e modos de qualificar e narrar experiências (MINOM, 2013, doc. eletrônico).

A dissertação de Waldisa Rússio completou 45 anos de publicação e a Declaração MINOM Rio 2013 está perto de concluir uma década. Como saber se as recomendações de ambos os textos estão sendo assumidas como uma responsabilidade social por parte dos profissionais de museus? Poderíamos citar exposições, curadorias compartilhadas, revisões em coletas museais ou, em outra perspectiva, tensões, negociações e disputas no campo museal. Uma possível evidência é a composição do 5º Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS), considerado hoje um importante encontro científico de produção de conhecimentos e trocas de experiências do campo. Sua próxima edição, que ocorrerá em dezembro de 2022, tem como tema gerador *Museologia em movimento: lutas e resistências*:

Após uma pausa necessária em razão da pandemia de COVID-19, o evento chega em sua quinta edição e retoma discussões latentes no cenário cultural nacional e internacional. Na perspectiva de avançar a partir do tema gerador do 4º SEBRAMUS (Brasília, 2019), intitulado Democracia: desafios para a universidade e para a Museologia, apresentamos as bases de fundamentação do 5º Seminário Brasileiro de Museologia - **Museologia em movimento: lutas e resistências**, que visa aprofundar as discussões no âmbito da Museologia em um cenário contemporâneo complexo, repleto de desafios, lutas e muitas resistências. Vamos constituir o evento ao longo de 2022, um ano chave para o Brasil, com eleições para Presidência e Congresso Nacional. Vivemos um momento no qual direitos constitucionais são frequentemente questionados e ameaçados e que se torna uma responsabilidade social, enquanto profissionais da Museologia, a luta por uma realidade onde os direitos não sejam coagidos, a democracia seja um princípio civil respeitado e o convívio com a diversidade uma realidade. Ser hoje no Brasil um profissional que atue com a cultura é um ato de resistência, tendo em vista a desvalorização do setor cultural, nitidamente percebida na escassez de recursos revertidos para as políticas de memória, principalmente aquelas representativas de grupos sociais excluídos e marginalizados. O SEBRAMUS também consolida-se como um espaço colaborativo de discussões a respeito das dificuldades que passam as universidades frente ao cenário apresentado, e que repercutem na formação e consolidação teórica e profissional da Museologia Brasileira. (SEBRAMUS, 2022, doc. eletrônico).

Os grupos de trabalho sinalizam tendências da produção museológica brasileira. Termos como existência e resistência, direitos humanos, diversidade, representatividade, interdisciplinaridade e interculturalidade, transformação sociocultural, cooperação, visibilidade, decolonialidade, Museologias Emergentes e Museologia em Processo se tornam peças-chave para caracterizar as contribuições teóricas, empíricas e acadêmicas do campo museal nos primeiros anos

do século XX. Nesse movimento, a dissertação de Rússio (1977, p.145) ganha ainda mais força: “Uma política cultural realista saberá centrar-se na premissa de um mundo em mudança”. Inspiradas na trajetória profissional de Waldisa Rússio e na de tantas pessoas que se esforçam pelo campo da cultura, desejamos que no século XXI os museus sejam ainda mais espaços inspiradores da mudança.

Referências

Agência Câmara de Notícias (2022). Bolsonaro veta projeto da Lei Paulo Gustavo, que repassaria R\$ 3,8 bilhões à Cultura. In *Câmara dos Deputados*. Recuperado em 15 de agosto de 2022 de <https://www.camara.leg.br/noticias/864672-bolsonaro-veta-projeto-da-lei-paulo-gustavo-que-repassaria-r-38-bilhoes-a-cultura/>.

Agência Senado (2022). Bolsonaro veta integralmente Lei Aldir Blanc 2, de apoio à cultura. In *Senado Notícias*. Recuperado em 15 de agosto de 2022 de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/05/bolsonaro-veta-integralmente-lei-aldir-blanc-2-de-apoio-a-cultura>.

Brulon, B (2018). Passagens da Museologia: a musealização como caminho. *Revista Museologia e Patrimônio*, 11(2), 189-210.

Bruno, Maria Cristina Oliveira (Org.) (2010). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado:Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do ICOM, 2.v.

Canclini, N. G. (2014). Museu para a globalização. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 2014. 37-46.

Chartier, R. (1998). A cultura do objeto impresso. In Chartier, R. *As utilizações do objecto impresso*. Miraflores, Portugal: Difel, 9-21.

Chartier, R. (1996). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.

Gouveia, Inês (2021). Waldisa Rússio: museologia e política nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 28, p. 1-29, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28d2e58. Recuperado em 27 de novembro de 2021 de <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/168427>.

Hammer, E. (2011). *No Decision about the Van Abbemuseum*. Recuperado em 9 de maio de 2022 de <https://kunstkritikk.se/no-decision-about-the-van-abbemuseum/?lang=en>.

Lochi, A.; Sczesny, C.; Brandão, D.; Oliveira, T.; José, V. (2021). Uberização Museal: Uma etapa antecessora da extinção laboral? In *Labor Movens*. Recuperado em 15 de agosto de 2022 de <https://www.labormovens.com/post/uberiza%C3%A7%C3%A3o-museal>.

MASP-FESP (1978). *Folder Curso de Museologia e Arte*. Coleção Curso de Museologia da FESP. Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, Brasil.

MINOM (2013). *Declaração do Rio - 2013 - "Museologia do Afeto"*. Recuperado em 16 de agosto de 2022 de <https://ecomuseus.wordpress.com/minom-conferencias-internacionais/declaracao-do-rio-2013-museologia-do-afeto/>.

Rússio, W. P. (1977). *Museu: um aspecto das organizações culturais em um país em desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado da Pós-Graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, Brasil.

SEBRAMUS (2022). *5º Seminário Brasileiro de Museologia*. Recuperado em 16 de agosto de 2022 de <https://www.ufrgs.br/5sebramus/>.

Severino, A. J. (2009). Texto, comunicação e leitura. In Severino, A. J. *Como ler um texto de filosofia*. São Paulo: Paulus, 9-22.

Teixeira, Mariana Roquette (2016). Do “museu aberto” ao “museu disperso”: desafios ao poder. *Midas*, 6. 1-17.

UNESCO (2017). *Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade*. Recuperado em 15 de agosto de 2022 de <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseuseColecoes.pdf>.